

Nova Ventos de
Tanguá Energias
Renováveis S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Nova Ventos de Tianguá Energias Renováveis S.A.
Tianguá - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Nova Ventos de Tianguá Energias Renováveis S.A. "Companhia", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Ventos de Tianguá Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Ventos de Tianguá Energias Renováveis S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Passivos	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalente de caixa	5.a	3.251	1.043	Fornecedores	12	7.320	5.501
Contas a receber	6	3.762	3.852	Financiamentos	13	7.500	7.072
Adiantamento a fornecedores	7	3.147	2.328	Obrigações tributárias	15.a	115	133
Tributos a recuperar	8.a	407	444	Imposto de renda e contribuição social a recolher	15.b	503	316
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.b	654	432	Arrendamentos	10	1	4
Despesas pagas antecipadamente	9	264	276	Provisão de ressarcimento	14	10.701	10.603
Estoques		8	-	Dividendos a Pagar	17.b	1.452	-
				Outras contas a pagar		1.045	236
Total do ativo circulante		11.493	8.375	Total do passivo circulante		28.637	23.865
Contas a receber	6	717	521	Financiamentos	13	75.632	83.325
Fundos vinculados	5.b	40.269	35.367	Arrendamentos	10	537	805
Despesas pagas antecipadamente	9	4	6	Provisão de ressarcimento	14	1.642	-
Direito de uso	10	503	780	Outras contas a pagar		710	-
Imobilizado	11	125.760	131.929				
Total do ativo não circulante		167.253	168.603	Total do passivo não circulante		78.521	84.130
				Patrimônio líquido	17		
				Capital social		66.926	69.020
				Prejuízos acumulados		4.662	(37)
				Total do patrimônio líquido		71.588	68.983
Total do ativo		178.746	176.978	Total do passivo e patrimônio líquido		178.746	176.978

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Ventos de Tianguá Energias Renováveis S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita operacional líquida	18	<u>31.082</u>	<u>25.046</u>
Custos de operação	19	<u>(16.831)</u>	<u>(13.791)</u>
Lucro bruto		<u>14.251</u>	<u>11.255</u>
Despesas gerais e administrativas	20	<u>(1.170)</u>	<u>(985)</u>
Outras receitas operacionais		<u>77</u>	<u>24</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>13.158</u>	<u>10.294</u>
Receitas financeiras	21	<u>1.475</u>	<u>526</u>
Despesas financeiras	21	<u>(7.011)</u>	<u>(7.187)</u>
Despesas financeiras		<u>(5.536)</u>	<u>(6.661)</u>
Resultado antes dos tributos		<u>7.622</u>	<u>3.633</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	<u>(1.471)</u>	<u>(957)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>6.151</u></u>	<u><u>2.676</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Ventos de Tianguá Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	<u>6.151</u>	<u>2.676</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>6.151</u></u>	<u><u>2.676</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Ventos de Tianguá Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital subscrito	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		70.000	(342)	-	-	(2.713)	66.945
Cancelamento de ações subscritas	17.a	(342)	342	-	-	-	-
Redução de capital social	17.a	(638)	-	-	-	-	(638)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	2.676	2.676
Saldos em 31 de dezembro de 2020		69.020	-	-	-	(37)	68.983
Integralização de capital	17.a	(2.094)	-	-	-	-	(2.094)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	6.151	6.151
Constituição de reserva legal	17.c	-	-	306	-	(306)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17.b	-	-	-	-	(1.452)	(1.452)
Reserva de retenção de lucros	17.d	-	-	-	4.356	(4.356)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		66.926	-	306	-	4.356	71.588

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Ventos de Tianguá Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método direto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes dos tributos		7.622	3.633
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Juros sobre financiamento	13	6.690	6.935
Custo de captação apropriado ao resultado	13	201	205
Depreciação	11	6.994	6.994
Provisão de ressarcimento	14	1.740	4.632
Provisão para desmobilização		-	(707)
Juros incorridos de arrendamento	10	65	56
Amortização de direitos de uso	10	5	19
		23.317	21.767
Variações em:			
Contas a receber	6	(106)	(519)
Tributos a recuperar	8.a	37	4
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.b	(222)	(109)
Adiantamento a fornecedores	7	(819)	325
Despesas pagas antecipadamente	9	14	(225)
Fornecedores	12	1.819	2.028
Obrigações tributárias	15.a	(18)	(362)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	15.b	-	3
Outras contas a pagar		578	79
Caixa gerado pelas atividades operacionais		24.600	22.991
Pagamento de juros de financiamentos	13	(6.688)	(3.545)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(1.284)	(864)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		16.628	18.582
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição ao ativo imobilizado	11	(825)	(343)
Caixa utilizado nas atividades de investimento		(825)	(343)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de principal de financiamentos	13	(7.468)	(3.458)
Custo de captação de financiamentos	13	-	(71)
Pagamento de arrendamentos	10	(64)	(57)
Redução de capital social	17.a	(1.162)	(638)
Fundos vinculados	5.b	(4.901)	(14.626)
Caixa líquido utilizado nas atividade de financiamento		(13.595)	(18.850)
Aumento / (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		2.208	(611)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5.a	1.043	1.654
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5.a	3.251	1.043
Aumento / (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		2.208	(611)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

a. Constituição e capacidade produtiva

A Nova Ventos de Tianguá Energias Renováveis S.A. “Companhia” é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela São Jorge Holding S.A, que detem 100% de suas ações. A controladora final do grupo é a Echoenergia Participações S.A. A companhia foi constituída em 28 de outubro de 2010, estabelecida na Rodovia BR 222, S/N, Km 342, Zona Rural, Município de Tianguá, estado de Ceará. A Companhia tem por principal objeto social a geração de energia elétrica por meio de geradores eólicos a partir do empreendimento EOL Ventos de Tianguá, incluindo a implantação e montagem, bem como a comercialização de energia.

A Companhia possui 1 (uma) central geradora de energia eólica situada no município de Tianguá, no Estado do Ceará, constituída de 15 (quinze) unidades geradoras de 1,85 MW médios, totalizando 27,75 MW médios de capacidade instalada.

1.1 Projeto de geração eólica

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía a seguinte autorização outorgada pela ANEEL para exploração de energia eólica:

Projeto Eólico	Resolução Original (*)	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW médios)	Garantia física (MW médios)
EOL Ventos de Tianguá	Port. 390/2011	04/07/2011	35 anos	27,75	15,20

(*) Atualizada pelo despacho ANEEL nº 1.000, de abril de 2020.

1.2 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui os seguintes contrato de compra e venda de energia de longo prazo:

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada (MW médios)	Preço (MW/h) (b)	Índice de reajuste	Mês de reajuste	Vencimento
EOL Ventos de Tianguá	LFA 7/2010 (a)	13,1	R\$ 259,2	IPCA	Novembro	Novembro/2036

(a) Leilão de Fontes Alternativas.

(b) Valor em R\$ em 31 de dezembro de 2021.

1.3 Capital circulante líquido

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a entidade conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de passivos financeiros conforme os prazos divulgados na Nota Explicativa 27.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, foi negativo em R\$17.144 (R\$15.490 negativo em 31 de dezembro de 2020). O capital circulante negativo da companhia se deve principalmente às amortizações previstas dos financiamentos da Companhia e a provisão de ressarcimento devido a geração de energia abaixo dos contratos no ambiente regulado. A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, suportado pelos contratos de longo prazo para fornecimento de energia firmados com seus clientes e eventuais aportes de capital, se necessário, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo. A administração concluiu que não existe grau de incerteza relevante sobre a capacidade do Grupo de liquidar seus passivos financeiros de curto e longo prazo. . Adicionalmente, a Companhia formalizou junto aos credores a liberação dos recursos reconhecidos nas contas de reserva especial para pagamento dos valores apurados do ressarcimento, após a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), deliberar em definitivo sobre os procedimentos de apuração e compensação do ressarcimento com os valores de *constrained-off*.

1.4 Efeitos COVID – 19

a. Contexto Geral

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

A portaria nº 188 de 03 de fevereiro de 2020 assinada pelo Ministro da Saúde, declara Estado de Emergência Pública e o Congresso Nacional aprovou em caráter de urgência um projeto de Lei com medidas contra o Covid-19, promulgando o isolamento e separação de pessoas doentes ou contaminadas, quarentena, restrição de atividades, realização de exames médicos e vacinação, restrição de entrada e saída no país entre outras.

Diante ao exposto a Administração implementou o sistema de trabalho home office para todos os colaboradores das áreas corporativas, e, também remanejou todas as reuniões presenciais para online, proibindo a realização de viagens internacionais e restringindo as nacionais, autorizando-as somente em caso de extrema necessidade.

Nas plantas operacionais e projetos em construção foram implementadas uma série de ações educativas para os trabalhadores sobre tema de prevenção do COVID-19. Todos os colaboradores e terceiros foram orientados a reportar quaisquer casos suspeitos e a Companhia faz o monitoramento constante da situação. Em caso de suspeita de contaminação, a pessoa e todos que tiveram contato com ela, são colocados em quarentena imediatamente. Também foi montado um plano de contingência para que Plantas e Centro de Operações não corram o risco de não operação em casos de contaminação, que consiste principalmente em realocação de profissionais já qualificados nas funções entre diferentes regiões do país, caso seja necessário.

b. Impacto nas demonstrações financeiras

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2021, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, foi possível identificar os impactos da pandemia de forma mais assertiva em relação aos períodos anteriores, e até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não houve impacto significativo em seus negócios, e também não são esperados impactos relevantes nas operações futuras decorrente da pandemia, dado as características do setor em que a Companhia. A seguir estão elencadas as duas principais contas acompanhadas pela Companhia.

c. Receita e contas a receber

As receitas da Companhia estão atreladas aos contratos de longo prazo para venda de energia nos ambientes regulado e livre, os contratos no setor de energia têm por característica mecanismos que agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais. Não foram identificadas perdas de contratos com clientes após o início da pandemia.

Pela característica dos contratos de venda, não foram observados aumentos nos níveis de inadimplência ou riscos de não liquidação do contas a receber da Companhia, portanto não houve necessidade de complemento da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa para o período decorrente da pandemia da COVID-19.

d. Suspensão temporária dos pagamentos de financiamentos do BNDES

A Companhia obteve em junho de 2020, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a aprovação para suspensão do pagamento do serviço da dívida por seis meses, a transação é conhecida no mercado como Stand still.

2 Base de preparação

a. Declaração e conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras, foi autorizada pela Diretoria em 23 de março de 2022. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicação financeira e Fundos vinculados que são mensurados a valor justo.

c. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva. Durante o ano de 2021, não foram identificados ajustes provenientes das revisões das estimativas contábeis utilizadas pela Companhia.

As informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Direito de uso e Arrendamentos (nota explicativa nº 10) – estimativa da taxa implícita de desconto utilizada no cálculo do valor presente;
- Provisão para ressarcimento (nota explicativa nº 14) – principais premissas utilizadas na mensuração da provisão;

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de financiamentos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia possui passivos financeiros classificados nessa categoria.

- **Mensurados subsequentemente ao custo amortizado:** são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 23.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não celebrou contrato de instrumentos financeiros derivativos.

b. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condições de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do

componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os custos com juros sobre financiamentos e custos de financiamentos são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável. Os custos de financiamentos são reconhecidos no resultado com base no método linear em relação às vidas úteis dos ativos fixos a que pertencem.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL, que na avaliação da Administração representam a vida útil média dos bens, limitando-se ao período da autorização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. A depreciação do ativo imobilizado não ultrapassa a período de concessão do parque.

Unidade de geração eólica – Pás	15 anos
Unidade de geração eólica – Gerador	20 anos
Unidade de geração eólica – Nacelle	25 anos
Unidade de geração eólica – Torre	30 anos
Benfeitorias	30 anos

Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica “Outros”.

c. Receitas de venda de energia elétrica

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre – ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Geração excedente: Toda geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais. São considerados excedentes quadrienais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada.

Geração deficitária: Toda geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais. São considerados ressarcimentos quadrienais quando a geração acumulada estiver entre o 90% e 100% da quantidade de energia contratada e ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de energia contratada.

A Companhia considera que tal contraprestação é uma parcela variável prevista no contrato, conforme determinado pelo CPC 47 – Receita de contrato com cliente, no qual, a entidade deve estimar o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente, na medida em que for altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer. A Companhia mensura a contraprestação variável nos referidos contratos pelo método do valor mais provável.

d. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia deve considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A Companhia deve considerar um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros, adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda em seu valor, por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seria aceita em condições normais;
- A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

A Companhia, após avaliação, não identificou ativos financeiros com problemas de recuperação.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração avaliou e concluiu que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não financeiros não são recuperáveis, e, portanto, não houve a necessidade de efetuar o teste de recuperação (*impairment test*), assim como, nenhum registro de provisão para redução ao valor recuperável foi efetuado.

A Companhia não possuiu ativos com vida útil indefinida, incluindo ágio por rentabilidade futura.

e. Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição sobre a receita bruta, proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das demais receitas, que não compõem a receita bruta sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Pis e Cofins

O Pis e a Cofins são calculados com base no regime cumulativo, ou seja, aplicando os percentuais estabelecidos pela legislação tributária sobre a receita operacional da Companhia. A alíquota para o Pis é de 0,65% sobre a receita operacional e para a Cofins 3,65%.

f. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

g. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca da contraprestação.

(i) Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso da Companhia os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem as terras onde os parques eólicos encontram-se instalados.

A Companhia adota os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

- Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais de para fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 10,58% a.a.
- Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial, acrescido da estimativa dos custos a serem incorridos com remoção e desmontagem dos parques nos ativos subjacentes objetos de arrendamento ao final do prazo dos contratos de arrendamento.

O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros.

Os ativos de direito de uso são apresentados no ativo não circulante, sendo representados pelos arrendamentos dos parques eólicos, os quais são amortizados de acordo com o prazo contratual remanescente dos contratos de arrendamento. Anualmente a Companhia irá remensurar os ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos para refletir os reajustes nas contraprestações que espera liquidar.

h. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, custos de financiamentos, fianças e comissões bancárias, juros sobre arrendamento que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no

resultado através do método de juros efetivos.

4 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são rerepresentados.

b) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06).
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

5 Caixas, equivalentes de caixa e fundos vinculados

a. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldos de caixa e bancos	150	338
Aplicações financeiras (a)	<u>3.101</u>	<u>705</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>3.251</u>	<u>1.043</u>

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários e Compromissadas de Terceiros, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança no valor, tendo como remuneração 95,5% da taxa (DI) em 31 de dezembro de 2021 (96,0% em 31 de dezembro de 2020).

b. Fundos vinculados

Os valores aplicados em fundos vinculados que fazem parte dos acordos firmados nos contratos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (Contas Reserva da Dívida e Contas Reserva de O&M, entre outras) em que é exigido pelo banco financiador que sejam mantidos saldos mínimos estabelecidos nos instrumentos de financiamento. Os fundos vinculados estão classificados no ativo não circulante.

	31/12/2021	31/12/2020
Reserva de debêntures	1.815	1.130
Centralizadora	1.822	2.754
Reserva O&M	863	863
Reserva especial (i)	32.250	27.510
Reserva de dívida BNDES	3.519	3.110
Total	40.269	35.367

- (i) As contas centralizadoras são contas correntes de titularidade da Companhia mantidas junto ao banco administrador das dívidas constituídas exclusivamente para movimentação dos saldos relacionados aos financiamentos.
- (ii) Conforme definido pelo contrato de cessão fiduciária de direitos, os saldos de caixa remanescentes nas contas centralizadoras dos projetos após pagamento das obrigações devem ser transferidos para as contas reservas especiais. Em decorrência da adesão ao stand still junto ao BNDES, as transferências para essas contas foram majoradas.

6 Contas a receber

	31/12/2021	31/12/2020
Transações realizadas no ACR (a)	4.224	2.793
Transações realizadas no ACL (b)	185	1.033
Transações realizadas no MCP CCEE (c)	-	554
Outras contas a receber – NE 18 (i)	76	-
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(7)	(7)
Total	4.478	4.373
Circulante	3.762	3.852
Não circulante (d)	717	521

- (a) Ambiente de Contratação Regulada - Contratos de venda de energia oriundos dos leilões regulados realizados pela CCEE.
- (b) Ambiente de Contratação Livre - Venda de energia realizada através de negociações bilaterais entre as partes e liquidações na CCEE.
- (c) Refere-se aos créditos oriundos da liquidação financeira positiva no mercado de curto prazo (liquidação CCEE).
- (d) Refere-se ao valor do excedente quadrienal em formação.

	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento a fornecedores (i)	3.147	2.328
Total	3.147	2.328

(i) Refere-se a pagamentos antecipados de fornecedores de materiais e serviços para manutenção do parque eólico.

7 Tributos a recuperar e imposto de renda e contribuição social a recuperar

a) Tributos a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
PIS a compensar	129	129
COFINS a compensar	260	260
Outros impostos a compensar	18	55
Total	407	444

b) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda a recuperar	266	432
Imposto de renda retido na fonte	388	-
Total	654	432

8 Despesas pagas antecipadamente

	31/12/2021	31/12/2020
Seguros a apropriar	264	281
Fianças e compromisso	4	1
Total	268	282
Circulante	264	276
Não circulante	4	6

9 Direito de uso e arrendamentos

A Companhia atua como arrendatárias em contratos de terras onde os parques eólicos encontram-se instalados.

A movimentação do ativo de direito de uso está demonstrada abaixo:

	2021			Valor líquido em 31/12/2021
	Valor líquido em 01/01/2021	Baixa	Amortizações	
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques eólicos	780	(272)	(5)	503
Total do ativo	780	(272)	(5)	503

	2020			Valor líquido em 31/12/2020
	Valor líquido em 01/01/2020	Adições	Amortizações	
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques eólicos	528	271	(19)	780
Total do ativo	528	271	(19)	780

Composição dos saldos de passivo de arrendamentos:

	30/12/2021	31/12/2020
Passivo de arrendamento	538	809
Total	538	809
Circulante	1	4
Não circulante	537	805

A movimentação do passivo de arrendamento, está demonstrada abaixo:

	2021				Valor líquido em 31/12/2021
	Valor líquido em 01/01/2021	Baixa	Pagamentos	Juros incorridos	
Passivo de arrendamento					
Arrendamentos parques eólicos	809	(272)	(64)	65	538
Total	809	(272)	(64)	65	538

	2020				Valor líquido em 31/12/2020
	Valor líquido em 01/01/2020	Adições	Pagamentos	Juros incorridos	
Passivo de arrendamento					
Arrendamentos parques eólicos	539	271	(57)	56	809
Total	539	271	(57)	56	809

10 Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	Vida útil	31/12/2021			31/12/2020
		Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em andamento	-	1.148	-	1.148	323
Máquinas e equipamentos	15-30 anos	155.015	(36.352)	118.663	125.435
Benfeitorias	30 anos	7.183	(1.234)	5.949	6.170
Equipamentos de informática	6 anos	2	(2)	-	1
		163.348	(37.588)	125.760	131.929

Abaixo seguem as movimentações do imobilizado:

	2021			
	Saldo em 31/12/2020	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Imobilizado em andamento	323	825	-	1.148
Máquinas e equipamentos	125.435	-	(6.772)	118.663
Benfeitorias	6.170	-	(221)	5.949
Equipamentos de informática	1	-	(1)	-
Total	131.929	825	(6.994)	125.760

	2020			
	Saldo em 31/12/2019	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2020
Imobilizado em andamento	-	323	-	323
Máquinas e Equipamentos	132.188	20	(6.773)	125.435
Benfeitorias	6.391	-	(221)	6.170
Equipamentos de informática	1	-	-	1
Total	138.580	343	(6.994)	131.929

Determinados ativos imobilizados da Companhia são dados em garantia em face dos financiamentos obtidos. Para maiores detalhes, consultar nota explicativa nº 13.

11 Fornecedores

Natureza	31/12/2021	31/12/2020
Materiais e serviços (a)	1.646	503
Seguros	-	184
Taxas e emolumentos	-	4
Provisões (b)	293	1.203
Partes relacionadas (c)	<u>5.381</u>	<u>3.607</u>
Total	<u>7.320</u>	<u>5.501</u>

- (a) Refere-se a obrigações referente a manutenção do parque eólico.
 (b) Refere-se a obrigações com fornecedores contratados para fornecer materiais e serviços, onde a companhia ainda não recebeu as referidas faturas.
 (c) Conforme nota explicativa nº 22.

12 Financiamentos

Financiamentos	Taxa de juros	Vencimento final	31/12/2021	31/12/2020
Financiamentos BNDES	2,88% a.a. + TJLP	Mai/2033	<u>83.132</u>	<u>90.397</u>
Total			<u>83.132</u>	<u>90.397</u>
Circulante			7.500	7.072
Não circulante			75.632	83.325

As movimentações dos financiamentos aconteceram da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro	<u>90.397</u>	<u>90.331</u>
Juros incorporados à dívida	6.690	6.935
Custo de captação	-	(71)
Custo de captação incorrido	201	205
Juros pagos (*)	(6.688)	(3.545)
Amortização do principal (*)	<u>(7.468)</u>	<u>(3.458)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>83.132</u>	<u>90.397</u>

(*) O acréscimo entre os anos se deve ao motivo que no ano de 2020, a Companhia aderiu ao *stand still*, onde houve a suspensão do pagamento de principal e juros.

Abaixo é demonstrado o cronograma de amortização do financiamento:

Vencimento em:	<u>31/12/2021</u>
2023	7.467
2024	7.467
2025	7.467
2026	7.467
2027 a 2033	<u>45.764</u>
Total	<u><u>75.632</u></u>

a. Garantias

As garantias dos financiamentos são usuais para estrutura de financiamento de projetos. Os contratos de financiamento têm como garantias, cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia, penhor das ações e penhor dos equipamentos, incluindo contas reservas.

b. Covenants

Os referidos contratos possuem cláusulas restritivas, as quais são monitoradas pela Companhia, como segue:

- (a) Receber a receita decorrente da prestação de serviços de geração exclusivamente em uma “Conta Centralizadora” aberta para tal fim.
- (b) Manutenção, até o vencimento do contrato, das seguintes contas reservas: Conta Reserva do serviço da dívida, conta reserva de O&M e conta reserva especial.
- (c) Não firmar contratos de mútuo com seus acionistas nem assumir novas dívidas sem prévia autorização dos credores, exceto contratos de mútuo celebrados entre a Controladora e a Companhia.
- (d) Não realizar, sem prévia e expressa autorização dos credores, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no §2º do art. 202 da Lei nº 6.404/76.
- (e) Manter durante toda a vigência do contrato ICSD igual ou maior que 1,30.
- (f) Manter os contratos de Serviço e Manutenção vigentes.

13 Provisão para ressarcimento

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para ressarcimento - anual formado	2.881	2.795
Provisão para ressarcimento - quadrienal em formado	9.462	7.808
Total	12.343	10.603
Circulante	10.701	10.603
Não circulante	1.642	-

Ressarcimentos anual e quadrienal: Os contratos regulados para a Companhia são oriundos do 2º Leilão de Fontes Alternativas (Tianguá). Estes contratos são da modalidade disponibilidade, e, portanto, possuem regras específicas para a valoração das variações entre a energia gerada/entregue no contrato e a obrigação contratual. Para os casos de ressarcimento, ou seja, com geração inferior à obrigação contratual, o contrato define que: i) geração anual de energia inferior a 90% da obrigação contratual anual gera um ressarcimento a ser pago ao final de um período de quatro anos do contrato; e ii) geração anual de energia inferior a 100% e superior a 90% da obrigação anual contratada gera um ressarcimento a ser pago no ano seguinte.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio do despacho 2303 de 2019, suspendeu o pagamento dos ressarcimentos anuais e quadrienais apurados a partir de agosto de 2019 até que os critérios e procedimentos para reconhecimento do *Constrained-off* fossem divulgados para abatimento dos saldos a pagar de ressarcimento. Em 23/03/2021 a ANEEL estabeleceu os procedimentos e critérios para apuração e pagamento do *Constrained-off* de usinas eólicas, porém, em 26/11/2021 a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), por meio do CO 870/21, postergou o processamento do valor do *Constrained-off*, por inconsistências apontadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – (ONS), com isso, permanece suspensa a exigibilidade de pagamento do saldos de ressarcimento enquanto os reguladores não divulgarem os critérios e procedimentos finais para apuração e posterior abatimento do *Constrained-off*.

14 Obrigações tributárias e imposto de renda e contribuição social a recolher

a) Obrigações tributárias

	31/12/2021	31/12/2020
PIS a recolher	21	25
COFINS a recolher	94	108
Total	115	133

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda a recolher	345	207
Contribuição social a recolher	158	109
Total	503	316

15 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes do período de 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 1.471 (R\$ 957 em 31 de dezembro de 2020).

	31/12/2021	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro presumido		
Receitas de operações com energia elétrica	32.260	32.360
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	2.581	3.871
Demais receitas	1.476	1.476
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	990	481
Alíquota efetiva	24%	9%
	31/12/2020	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro presumido		
Receitas de operações com energia elétrica	25.991	25.991
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	2.079	3.119
Demais receitas	526	526
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	629	328
Alíquota efetiva	24%	9%

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 66.926 (R\$ 69.020 em 31 de dezembro de 2020), e está representado por 67.446 (68.953 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2021 houve redução de capital social no montante de R\$ 2.094, com a efetiva devolução em caixa à controladora de R\$ 1.262, onde os R\$ 932 restantes, reconhecidos

no passivo circulante na rubrica de outras contas a pagar, serão liquidados no primeiro trimestre de 2022. Em 31 de dezembro de 2020, houve a redução com efetiva liquidação em caixa de R\$ 638. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020 ocorreu o cancelamento de capital social a integralizar no montante de R\$ 342.

b. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição de 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia deliberou pela distribuição à título de dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 1.452 (R\$0 em 31 de dezembro de 2020).

c. Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021 o valor constituído de reserva legal foi de R\$ 306. Para o exercício findo em 30 de dezembro de 2020 os lucros percebidos foram utilizados para absorver os prejuízos acumulados, portanto, não houve constituição de reserva legal.

d. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital conforme proposta no orçamento ou para distribuição de dividendos sendo previamente aprovado na assembleia geral. Em 31 de dezembro de 2021 foi destinado o montante de R\$ 4.356 referente a reserva de retenção de lucros. Para o exercício findo em 30 de dezembro de 2020 os lucros percebidos foram utilizados para absorver os prejuízos acumulados, portanto, não houve constituição de reserva de retenção de lucros.

17 Receita operacional líquida

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita bruta de energia elétrica (a)	31.753	23.547
Outras receitas (i)	507	2.444
Total receita bruta de vendas	32.260	25.991
Volume gerado	117.774	102.697
- PIS	(210)	(168)
- COFINS	(968)	(777)
Deduções da receita	(1.178)	(945)
Receita operacional líquida	31.082	25.046

- (i) Refere-se a recebimentos por parte do fornecedor de manutenção da Companhia em função do não cumprimento do acordo estabelecido de disponibilidade de geração do parque eólico.

A seguir, demonstramos a segregação de receita bruta por tipo de contrato:

	31/12/2021	31/12/2020
CCEAR (a)	25.812	21.561
ACL (b)	2.132	988
MCP CCEE (c)	3.809	998
Total	31.753	23.547

- (a) Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado Refere-se a recebimentos.
 (b) Ambiente de Contratação Livre.
 (c) Mercado de Curto Prazo – CCEE.

18 Custos de operação

	31/12/2021	31/12/2020
Depreciação	(6.994)	(6.994)
Compartilhamento de custos (i)	-	(574)
Engenharia e gestão de processos O&M	(3.869)	(3.447)
Encargos de conexão e transmissão	(1.511)	(1.348)
Compra de energia (ii)	(2.645)	(720)
Serviços de terceiros	(731)	(241)
Gastos com pessoal	(480)	-
Taxas e alvarás diversos	(120)	(237)
Seguros	(348)	(176)
Amortização de direitos de uso	(5)	(19)
Gastos diversos	(128)	(35)
Total	(16.831)	(13.791)

- (i) Os saldos de compartilhamento de custos e referem-se ao reembolso de gastos liquidados pela Echoenergia Participações S.A., controladora final, aos quais são reembolsados pela Companhia, conforme nota explicativa nº 22. Ao longo do ano de 2021, a Companhia passou a reconhecer o compartilhamento de custos de em linhas específicas, na rubrica de custos de geração, de acordo com a natureza, não alocando-os mais em Compartilhamento de custos.
- (ii) As compras de energia são decorrentes de liquidação financeira na CCEE, para as negociações de *Swap* de lastro. A variação entre os períodos refere-se à oscilação da PLD e no aumento das operações de venda de *Swap* de lastro.

19 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
--	-------------------	-------------------

Compartilhamento de despesas (i)		(856)
Gastos com pessoal	(553)	-
Serviços de terceiros	(365)	(69)
Legais, judiciais e publicações	(70)	(31)
Despesas com Cartório	-	(3)
Impostos e taxas	-	(26)
Diversas	(182)	-
Total	(1.170)	(985)

- (i) Os saldos de compartilhamento de custos e referem-se ao reembolso de gastos liquidados pela Echoenergia Participações S.A., controladora final, aos quais são reembolsados pela Companhia, conforme nota explicativa nº 22. Ao longo do ano de 2021, a Companhia passou a reconhecer o compartilhamento das despesas de em linhas, na rubrica de despesas gerais e administrativas específicas, de acordo com a natureza, não alocando-os mais em despesas compartilhadas.

20 Receitas e despesas financeiras

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Rendimento de aplicações financeiras	1.475	526
Receitas financeiras	1.475	526
Juros sobre financiamentos	(6.690)	(6.935)
Despesa de captação de financiamentos	(201)	(205)
Tarifas bancárias	(9)	-
Juros sobre arrendamento	(65)	-
Outras despesas financeiras	(46)	(47)
Despesas financeiras	(7.011)	(7.187)

21 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
<u>Passivo</u>		
Echoenergia Participações S.A. (a) – NE 12	5.381	3.607
São Jorge Holding S.A – NE 17.a	932	-
Total	6.313	3.607
<u>Resultado</u>		
Compartilhamento de custos (a)	(690)	(574)
Compartilhamento de despesas (a)	(1.084)	(856)
Total	(1.774)	(1.430)

- a) A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas e custos a pagar com a Controladora Echoenergia Participações S.A. O critério de rateio se dá com base na garantia física homologada pela ANEEL para cada Controlada em face do total de garantia homologada para todo o grupo. O saldo em aberto possui expectativa de liquidação em 2022. Os principais gastos compartilhados são:

- Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação;

- Despesas legais e advocatícias e seguros

a. Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia. Os administradores da Companhia são remunerados pela Controladora Echoenergia Participações S.A e as despesas são compartilhadas entre todas as Companhias do Grupo.

22 Instrumentos financeiros

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. A Companhia possui um comitê, instaurado permanentemente que tem por finalidade analisar todos os fatores internos e externos que possam aumentar o risco de crédito, cambial e de liquidez atrelados as operações com instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento regular das cláusulas de *covenants*. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia são monitoradas semanalmente com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e liquidez da Companhia.

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos.

Classificação dos instrumentos financeiros

	Nota	31/12/2021		31/12/2020	
		Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros					
Caixas e equivalentes de caixa	5.a	150	-	338	-
Aplicações financeiras	5.a	-	3.101	-	705
Fundos vinculados	5.b	-	40.269	-	35.367
Contas a receber	6	4.479	-	4.373	-
Passivos financeiros					
Fornecedores	12	7.320	-	5.501	-
Financiamentos	13	83.132	-	90.397	-

Valor justo dos instrumentos financeiros

	Nota	Nível (b)	31/12/2021		31/12/2020	
			Valor contábil	Valor de Mercado	Valor contábil	Valor de Mercado
Bancos e aplicações financeiras	5.a	Nível 2	3.251	3.251	1.043	1.043
Contas a receber	6	Nível 2	4.479	4.479	4.373	4.373
Fundos vinculados	5.b	Nível 2	40.268	40.268	35.367	35.367
Fornecedores	12	Nível 2	7.320	7.320	5.501	5.501
Financiamentos (a)	13	Nível 2	83.132	83.132	90.397	90.397
Total			138.450	138.450	136.681	136.681

(a) A Administração da Companhia entende que o valor de mercado de seus financiamentos é similar ao valor contábil, devido ao fato de que, os respectivos financiamentos foram contraídos sob as mesmas condições de mercado existentes em 31 de dezembro de 2021.

(b) A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

23 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

Visando a mitigação do risco operacional a Companhia gerencia o risco operacional da seguinte maneira:

- Profissionais altamente treinados e capacitados.
- Contratos robustos de operação e manutenção.
- Processos sólidos e bem definidos.
- Análises diárias, semanais, mensais da capacidade operacional, bem como dos fatores internos e externos atrelados à operação.
- Acompanhamento dos sistemas de gestão e aplicação das políticas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança.
- Centro de controle operacional de alta tecnologia.
- Monitoramento de matriz de risco.
- Gestão do relacionamento com a comunidade.

Risco de Crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras e contas a receber é administrado pela tesouraria bem como por um Comitê permanente da Companhia de acordo com as políticas por estes estabelecidas. Os recursos excedentes de caixa e equivalentes de caixa são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, com *rating* AAA, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. As vendas de energia que geram o contas a receber da Companhia são pactuadas somente com clientes com capacidade de liquidez e por meio de robustas garantias financeiras. Abaixo são demonstrados os saldos contábeis suscetíveis ao risco de crédito:

	Nota	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e equivalentes de caixa	5.a	3.251	1.043
Fundos vinculados	5.b	40.269	35.367
Contas a receber	6	<u>4.479</u>	<u>4.373</u>
Total		<u><u>47.999</u></u>	<u><u>40.783</u></u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

31/12/2021	Valor contábil	Fluxos de caixa futuros	Fluxos de caixa contratuais			
			Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	7.320	(7.320)	(7.320)	-	-	-
Financiamentos	83.132	(125.465)	(14.437)	(13.820)	(36.932)	(60.276)
Arrendamentos	538	(2.341)	(57)	(115)	(172)	(1.997)
Total	90.990	(135.126)	(21.814)	(13.935)	(37.104)	(62.273)

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Risco de preço na venda de energia elétrica

A Companhia vende energia no Ambiente de Contratação Regulado - ACR e no Ambiente de Contratação Livre - ACL. No ACR, a venda se dá por meio de contratos provenientes de leilões, cujos preços são pré-determinados, corrigidos por um determinado índice inflacionário. Nesse ambiente, o risco às variações do preço de mercado e ao PLD decorrem dos ajustes de balanço energético, quando a geração é diferente da energia vendida, liquidados no curto prazo pela CCEE, conforme regras de cada contrato e suas bandas. Parcela substancial da energia vendida está vinculada aos contratos regulados, o que reduz a exposição da Companhia à variação de preços. Eventualmente, com vistas a ajustar sua posição estrategicamente ao momento de mercado, a Companhia poderá adotar o expediente da descontração de energia, que consiste em desvincular a energia gerada do ACR para negociá-la no ACL, de acordo com as regras da ANEEL.

Riscos e taxas de juros

A Companhia entende que os riscos de taxa de juros estão ligados a possibilidade de perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central e projeções de longo prazo do Banco Bradesco S.A, com 25% e 50% de aumento do risco

Variação das taxas de juros e índices	Variação 31/12/2021	Cenário provável 31/12/2022	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices TJLP (a)	6,08%	5,80%	5,80%	7,25%	8,70%
Risco de redução das taxas de juros e índices CDI (b)	4,42%	11,50%	11,50%	14,38%	17,25%

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldos em 31/12/2021	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Financiamentos	TJLP	(83.132)	(4.822)	(6.027)	(7.232)	(3.616)	(2.411)
Total		<u>(83.132)</u>	<u>(4.822)</u>	<u>(6.027)</u>	<u>(7.232)</u>	<u>(3.616)</u>	<u>(2.411)</u>
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI	43.370	4.988	6.234	7.481	3.741	2.494

(a) Taxa de juros de longo prazo – Boletim Focus.

(b) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo.

24 Contingências

Ao final de cada exercício com base em informações disponibilizadas pela área jurídica da Controladora final Echoenergia Participações, a Companhia avalia se existem possíveis contingências passivas. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foram identificadas contingências passivas com probabilidade de perda provável ou possível.

25 Informações complementares ao fluxo de caixa

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram realizadas as seguintes transações que não envolveram caixa ou equivalentes de caixa:

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Baixa em direito de uso	10	272	-
(Baixa) em passivo de arrendamento	10	(272)	-
Redução de capital social	17.a	(932)	-
Outras contas a pagar	-	932	-

26 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	2023	2024	2025	2026	2027 a 2037
(CUST / CCT) (a)	1.594	1.594	1.594	1.594	17.531
Contratos de (O&M) (b)	4.061	4.208	4.341	4.791	52.701
Total	5.655	5.802	5.935	6.385	70.232

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/CCT)

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Contratos de Conexão (CCT) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2023 em diante, os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2021/2022 (julho/21 a junho/22) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

b) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia possui contratos com fornecedores para manutenção dos aerogeradores.

27 Eventos subsequentes

Em 28 de Outubro de 2021, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações, entre a Equatorial Energia, na qualidade de compradora, e Ipiranga Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, na qualidade de vendedor, detido por investidores sob a gestão da Actis LLP, onde as partes acordaram, dentre outras matérias, a aquisição de 100% das ações representativas do capital social da Echoenergia Participações S.A.

A transação estava condicionada ao cumprimento de condições precedentes usuais a este tipo de transação, incluindo, entre outras, (a) aprovação do CADE; (b) anuência de credores com relação à troca de controle direto e/ou indireto da Echoenergia e suas subsidiárias, no âmbito dos contratos de financiamento e instrumentos de garantia celebrados pela Sociedade e suas controladas; e (c) aprovação em assembleia geral da Equatorial nos termos do artigo 256 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 03 de março de 2022, com as condições precedentes para a conclusão da operação implementadas, a Equatorial Transmissão S.A., subsidiária integral da Companhia, tornou-se titular de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da Echoenergia, pagando o valor total de R\$7.034.084 assumindo assim o controle da Echoenergia Participações e suas controladas.